

A Previc disponibilizou, em consulta pública, minuta de instrução com os requisitos mínimos para elaboração das Políticas de Investimentos dos planos de benefícios. O texto consolida os normativos de cadastro e envio de informações do demonstrativo de investimentos e propõe a extinção da necessidade de autorização prévia para negociações privadas. Adicionalmente, a proposta indica a necessidade de designar administrador para a gestão de riscos e regulamenta os perfis de investimento. A medida busca tornar a regulação menos complexa.

Fonte: Previc, em 10.09.2018.